

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Roger Luis Christoff da Silveira

**EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS**

Santa Cruz do Sul
2021

Roger Luis Christoff da Silveira

**EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade de Santa Cruz do Sul
como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eunice Maria Viccari

Santa Cruz do Sul

2021

Roger Luis Christoff da Silveira

**EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade de Santa Cruz do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Prof. Dra. Eunice Maria Viccari

Professora orientadora – UNISC

Dr. Cesar Hamilton Brito de Goes

Professor Examinadora – UNISC

Dra. Maira Pinto

Professora Examinadora – UNISC

Santa Cruz do Sul

2021

A todos os sujeitos participantes do estudo, por compartilharem experiências na construção desse novo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso evidência uma análise centrada no processo de trabalho da assistente social na política de Educação no município de Santa Cruz do Sul/RS. O trabalho baseou-se na vivência de estágio curricular obrigatório, durante o período de 2020 e 2021. Nesse contexto, problematizou-se o processo de trabalho da assistente social pertencente a equipe multidisciplinar, durante o cenário pandêmico da COVID-19. A categoria central de análise para melhor compreender o tema é a atuação profissional da assistente social na Secretaria Municipal de Educação frente a demandas oriundas do contexto escolar e os desafios produzidos pela pandemia. As hipóteses desenvolvidas para responder a esse problema, estão organizadas a partir de questões observadas na prática do estágio curricular obrigatório em serviço social.

Palavras-chave: Serviço Social na Educação; Estágio Supervisionado; Processo de trabalho.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper demonstrates an analysis centered on the work process of the social worker in Education policy in the municipality of Santa Cruz do Sul/RS. The work was based on the experience of mandatory curricular internship, during the period 2020 and 2021. In this context, the work process of the social worker belonging to the multidisciplinary team was discussed during the COVID-19 pandemic scenario. The central category of analysis to better understand the theme is the professional performance of the social worker in the Municipal Department of Education in face of demands arising from the school context and the challenges produced by the pandemic. The hypotheses developed to answer this problem are organized from questions observed in the practice of compulsory curricular internship in social work.

Keywords: Social Work in Education; Supervised internship; Work process.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF88	Constituição Federal de 1988
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRAS	Beatriz Centro de Referência de Assistência Social Beatriz
CRAS	Integrar Centro de Referência de Assistência Social Integrar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FICAI	Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PME	Plano Municipal de Educação
RPME	Rede Pública Municipal de Educação
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEE	Secretaria Municipal de Educação
SEPPAS	Secretaria Municipal de Políticas Públicas e Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
VD	Visitas Domiciliares
VI	Visita Institucional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PROBLEMÁTICA	12
1.1 IMPORTÂNCIA DA PROPOSTA	12
1.2 ORIGEM DO PROBLEMA DE TCC	13
1.3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA CATEGORIA CENTRAL DE ANÁLISE	17
1.4 HIPÓTESES	18
1.6 OBJETIVOS	19
1.6.1 <i>Geral</i>	19
1.6.2 <i>Específicos</i>	19
1.7 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A TEMÁTICA.....	19
2 METODOLOGIA	22
2.1 NATUREZA E DELINEAMENTO	22
3 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM SANTA CRUZ DO SUL	25
4 OS DESAFIOS PARA O ASSISTENTE SOCIAL PERTENCENTE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	28
5 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENÁRIO PANDÊMICO	33

INTRODUÇÃO

A formação profissional de um sujeito, demanda a absorção de uma série de saberes no âmbito teórico e prático. No caso do assistente social não é diferente. Inicialmente o pretendente ao exercício da profissão se coloca em contato com pensamentos, pensadores e legislações. Atrelado a isso, faz-se necessário dispor o indivíduo em contato com experiências e vivências que lhe serão parte do exercício profissional futuro.

No contexto prático, elemento oportunizado de vivência, está presente no currículo de formação do profissional em serviço social, isto é, a realização do estágio curricular obrigatório. Este escrito tem por objetivo apresentar o relato de uma experiência de estágio realizado na Secretaria Municipal de Educação (SEE) no município de Santa Cruz do Sul.

Optou-se pela área de educação, pois tratar da garantia de direitos ultrapassa o conhecimento pedagógico e desafia os profissionais envolvidos. Além disso, o tema é importante para o acadêmico, enquanto profissional de serviço social em formação, a ocasião oportuniza compreender, refletir e analisar sobre as práticas cotidianas do assistente social, a partir de observações e estudos dos serviços prestados junto à população docente e discente.

No intuito de absorver conhecimento e capacitação na referida área, este relatório descreve as atividades desenvolvidas pelo profissional em serviço social na SEE do município supracitado acima.

Enquanto estrutura inicialmente, abordar-se-á problemática do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A luz da legislação vigente e as atribuições do assistente social, percebeu-se na referida SEE que as demandas para este profissional assomavam por meio da evasão escolar, vulnerabilidades e riscos social dificuldade no acesso e na permanência de alunos na educação.

Na continuidade a abordagem recai sobre a metodologia. Observando-se o cenário de atuação e as aprendizagens enquanto acadêmico da universidade. Percebeu-se que a melhor forma metodológica foi o estudo vinculado a pesquisa documental e elementos produzidos por observações e análises das experiências vivenciadas no período entre 2019 e 2020.

Dando seguimento ao trabalho, buscou-se compreender a política de educação no município de Santa Cruz do Sul. Inicialmente fez-se uma busca nas legislações

que versarão sobre a educação, partindo de uma análise de investigação geral, mediante uma visita as leis federais e afunila-se até chegar-se práxis municipal.

Feito isso, fez-se uma investigação da atuação do assistente social presente na SEE, guiando-se em duas hipóteses.

A primeira delas se estrutura ao entorno do trabalho do assistente social no enfrentamento de demandas expostas na educação. Aqui se acompanhou o profissional em intervenções voltadas a dar suporte necessário aos profissionais de outras áreas, para que haja a melhor administração das questões sociais que surgem, tanto no corpo discente quanto no quadro docente e da comunidade.

Por último, o encerramento do trabalho dá-se pela análise da segunda hipótese, sintetizada na reorganização que demandou novos elementos que compõe o processo de trabalho profissional do assistente social no cenário pandêmico. Na sequência seguem as considerações finais e as referências aqui utilizadas.

1 PROBLEMÁTICA

1.1 Importância da proposta

O presente de TCC foi desenvolvido a partir das observações¹ e experiências de estágio do acadêmico na SEE e versa sobre os processos de trabalho do profissional de Serviço Social na área da educação, no período de 2019 a 2020.

De modo geral, a SEE “é o órgão específico do Poder Público para organização, execução, coordenação e controle das atividades de ensino e de educação da rede pública municipal, do seu pessoal docente e técnico-administrativo.” (SANTA CRUZ DO SUL, 2007 p.s/).

Pode se afirmar que, no art. 6º da Constituição Federal de 1988 (CF88), tem-se como direitos sociais: a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, e em especial, a educação, assunto primordial deste trabalho.

Deste modo, é indispensável refletir sobre direitos sociais como processo de construção da cidadania, é significativo a socialização de informações para que possa viabilizar o acesso no campo educacional, conforme preconiza a já referida CF88, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Na atualidade, a SEE possui uma equipe técnica² não só coordena o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação (PME), onde dispõe uma série de medidas planejadas e vinculadas ao referido Plano, como também se destina aos processos formativos e informativos, que tem por objetivo proporcionar, de maneira eficaz, o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos alunos, de modo a contribuir na construção de uma educação pública municipal de qualidade.

¹ A observação é o uso dos sentidos humanos (visão, audição, tato olfato e paladar) para o conhecimento da realidade. Mas não o uso ingenuo dos sentidos, e sim, um uso que tem como objetivo produzir um conhecimento sobre a realidade – tem-se um objetivo a alcançar. Porém, o Assistente Social, ao estabelecer uma interação face a face, estabelece uma relação social com outro(s) ser (es) humano (s), que possui (em) expectativas quando às intervenções que serão realizadas pelo profissional (SOUSA, 2000 p. 126).

² A Equipe Técnica, constituída para coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação é composta por: Um Coordenador do Departamento Financeiro, uma Coordenadora da Educação Infantil, uma Supervisora Escolar e Coordenadora para o processo de elaboração do PME, uma Supervisora Escolar e um Coordenador de Recursos Humanos (SANTACRUZ, 2015, p. s/).

Contudo, os desafios que se apresentam para os profissionais da SEE, em sua maioria, dão-se de um contexto econômico, social e cultural de exclusão, consequência de um sistema que muitas das vezes impedem os sujeitos de superá-los, por diversas expressões da questão social³, como por exemplo: a desinformação, o egresso e a evasão escolar, demandas essas que exigem um profissional qualificado e de pensamentos críticos em benefício aos direitos dos envolvidos.

Por tanto, este projeto de TCC, pretende-se expressar os processos de trabalho do assistente social na SEE, com enfoque na experiência de estágio, objetiva compreender como as demandas se apresentaram para este profissional, sua intervenção e contribuição na equipe multidisciplinar, assim como, suas habilidades em investigar, planejar, executar e avaliar ações na área da educação.

1.2 Origem do problema de TCC

Ao pensar em desenvolvimento dos sujeitos, salienta-se a educação como uma ferramenta eficaz, pois, desde os primórdios, ela vem garantindo o desenvolvimento social, econômico e cultural das pessoas. Esse fato, sempre despertou curiosidade e, na graduação, aumentou o interesse do estudante sobre a temática pelo acadêmico.

Atualmente a educação é um direito constituído a todos e de extremo valor, uma vez que se vincula ao mundo do trabalho e à prática social. Mas, infelizmente, nos últimos tempos, a sociedade brasileira está apresentando um cenário de desigualdade⁴, passando por várias transformações sociais, econômicas e políticas. Isso sem dúvida alguma, incide no acesso e na permanência dos indivíduos em equipamentos, serviços e instituições de educação.

No decorrer da realização do estágio curricular obrigatório em serviço social, realizado na SEE, no qual se configura a partir da inserção do estudante em um espaço sócio-ocupacional e percorre em quatro níveis, foi possível acompanhar os

³Para Lamamoto “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura [...]”, e é considerada o objeto de trabalho do assistente social (2003, p. 27).

⁴ Inflação e pandemia podem empurrar Brasil de volta ao Mapa da Fome <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/04/01/inflacao-e-pandemia-podem-empurrar-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome>>

Banco Mundial vê economia brasileira em 2021 entre as 10 piores da América Latina e Caribe <<https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2021/03/desempenho-economia-brasileira-pib/>>
Sem Censo, políticas públicas de Bolsonaro serão baseadas em dados de 1964 <<https://piaui.folha.uol.com.br/herald/2021/04/23/sem-censo-politicas-publicas-de-bolsonaro-serao-baseadas-em-dados-de-1964/>>

processos de intervenção da assistente social com vistas à responsabilidade no meio educacional, tal como compreender suas ações profissionais para enfrentar as demandas que se apresentaram nesta organização.

No que se refere aos diferentes níveis de estágio: O primeiro deles desfiou o aluno em elaborar uma Análise Institucional, este momento permitiu entender o funcionamento do órgão, atrelado a diversas bibliografias, leis e regimentos do município. Viabilizou-se entender como se dá o funcionamento da SEE e, também, de que forma ocorrem os serviços que são ofertados, tal como são executados, o papel dos profissionais pertencentes a este local e outros processos que fazem parte da materialização da Política de Educação em Santa Cruz do Sul.

O estágio curricular de nível dois, propôs ao estagiário a realização de um projeto de intervenção, articulando conteúdos teórico-metodológicos com assuntos ético-políticos e habilidades técnico-operativas, visando um processo de aprendizagem para a formação profissional. Após a materialização do projeto de intervenção, deu-se início ao estágio supervisionado de nível três, onde ocorreu a sua execução do projeto elaborado.

“A Informação Como Ferramenta Para Construção De Direitos”, foi o nome propenso ao já mencionado projeto de intervenção, ele foi elaborado com base em observações das demandas no campo de estágio, no qual testemunhou-se a ausência de informações sobre os serviços socioassistencial disponíveis na política de assistência social do município de Santa Cruz do Sul, tanto dos profissionais como dos usuários.

Em suma, o propósito do projeto foi em contribuir com o acesso a informações para todas as pessoas possível, em especial, para os profissionais da Rede Pública Municipal de Educação (RPME) e, na sequência, para as famílias e alunos pertencentes à Rede Municipal de Educação (RME).

Sendo assim, os objetivos foram elaborados para contribuir com este “problema”, ou seja, a falta de informações que inviabiliza a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, encontrados nos equipamentos de proteção social básica e proteção social especial.

Partindo no que diz respeito à metodologia do projeto e os seus desafios que surgiram perante a sua execução, apesar do projeto ser totalmente desenvolvido conforme a disponibilidade dos profissionais envolvidos, houve alguns obstáculos.

O primeiro impasse se deu ao solicitar uma reunião com a então Secretária de Educação que, infelizmente, teve de ser cancelada por conta que a Secretária esteve candidata a prefeita no pleito eleitoral municipal de 2020, fato esse, segundo legislação vigente, exigiu que ela licenciasse de suas funções na SEE.

Ainda neste momento, no qual ocupou um tempo considerável para as atividades do projeto, obteve-se a “aceitação” para executar o projeto, pela Coordenadora de Departamento de Captação e Gestão de Recursos, rapidamente deu-se início na identificação dos serviços e programas ofertados, conforme o cronograma do projeto.

Mapear os equipamentos e serviços socioassistenciais disponíveis na política de assistência social foi um dos objetivos específicos, que teve seu início tardio, dado o contratempo inicial. Neste momento, a SEE e o município como um todo, esteve adotando restrições severas, para evitar a disseminação do novo Corona Vírus, momento em que não ocorreu atividades presenciais, tanto no campo de estágio, como também em alguns dos equipamentos do município, os considerados não essenciais.

Algum tempo depois, retornou-se as atividades presenciais na SEE, com restrições do número de profissionais presentes. Para o estagiário, sua presença se reduziu em dois dias por semanas, consequência da obrigatoriedade na contenção do fluxo de pessoas presentes na Secretaria. Neste momento, deu-se continuidade na execução das atividades do projeto, onde se contactou profissionais que integram a rede socioassistencial do município, no intuito de compreender os serviços, benéficos, programas e projetos disponíveis para a população local.

Contudo, durante o método de sistematizar as informações coletadas durante o mapeamento, realizou-se Visitas Institucionais (VI), com o objetivo de esclarecer dúvidas a respeito dos serviços públicos. As VIs ocorreram na

- Secretaria Municipal de Políticas Públicas e Assistência Social (SEPPAS);
- Centro de Referência de Assistência Social Beatriz (CRAS Beatriz);
- Centro de Referência de Assistência Social Integrar (CRAS Integrar);
- Setor de Captação de Recursos da SEE.

Por seguinte, elaborou-se um folheto informativo, com os dados coletados até este momento. Este folheto, tratava-se de uma ferramenta fundamental, com a finalidade de proporcionar o conhecimento dos serviços e programas oferecidos em cada equipamento e, também, como, onde e quando a população pode acessá-los.

Concluído o folheto, almejou-se divulgar o conteúdo para os profissionais da RPME, para isso, buscou agendar, junto a coordenadora do departamento de educação, um encontro virtual, conforme a disponibilidade dos profissionais envolvidos. Infelizmente, não ocorreu este encontro, em razão dos desafios que não foram possíveis de soluções, impedindo a divulgação do conteúdo elaborado para os profissionais, tais motivos se deu pela (o):

- Falta de alguns profissionais nas Secretárias, pois realizava-se medidas para que diminuíssem o número de profissionais presentes na SEE;
- Recesso do corpo docente pertencentes as escolas públicas municipais;
- Falecimento do Prefeito da cidade de Santa Cruz do Sul (gerou alguns dias de fechamento em alguns equipamentos do município);
- Troca de alguns dos profissionais da SEE, pois iniciou-se uma nova gestão, consequência das eleições que ocorreu em 2020;
- Ausência da assistente social na SEE, necessitou compensar parte de seu banco de horas, antes do fim de seu contrato, ocorrido posteriormente;
- Licença nojo, pois faleceu o pai da supervisora de estágio (assistente social);
- Fim de contrato da assistente social (08/01/2020), não restando, na SEE, profissionais nesta área, impossibilitando a presença do estagiário sem supervisão na área.

Na continuidade, estando nitidamente exposto os desafios que implicaram no objetivo final do projeto de intervenção, realizou-se uma justificativa relatando todas dificuldades e desafios posto ao estagiário. Sendo assim, não ocorreu a avaliação final, no qual corresponde em se questionar se os resultados do projeto causaram impacto ao público-alvo, apesar disso, todo este processo ficou de experiência para o acadêmico.

Por fim, pode se dizer que tais experiências proporcionadas e vivenciadas durante todo o estágio curricular obrigatório, provocou em questionar as ações do assistente social na política de educação, sendo assim o desafio se centrou em

analisar e refletir sobre os instrumentais técnicos operativos utilizados por este profissional em sua atuação.

Dito isso, torna-se relevante o estudo, no qual buscará saber: Quais foram os processos de trabalho do assistente social na Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul, no período de 2019 a 2020?

1.3 Fundamentação teórica da categoria central de análise

Sob a perspectiva histórica, o trabalho constitui-se no primeiro dado memorável de toda a humanidade, uma vez que é um componente essencial da sociabilidade humana, é através do trabalho que o ser humano se relaciona com a natureza e com outros seres humanos.

À vista disso, o trabalho se torna essencial ao homem, uma vez que transforma a realidade que o cerca e a si mesmo. Como dado histórico, é deste jeito que se constituem a práxis e a sociabilidade, Marx em sua obra *O capital* sustenta que:

O processo de trabalho (...) é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (2013, p. 261).

Em se tratando da categoria central de análise, na obra de Marilda Iamamoto “*Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*”, a autora afirma que a prática do serviço social se insere em processos de trabalho, na medida em que estes são compreendidos como uma ação destinada a um fim, os meios de trabalho e a matéria a que se aplica o trabalho.

Contudo, no instante em que se estabelece uma relação dos elementos do processo de trabalho com o serviço social, Iamamoto (2003) interpreta que o objeto no qual incide a ação do serviço social é a questão social e suas múltiplas expressões, considerada, está, como matéria-prima, ou seja, o objeto de trabalho do assistente social.

Além disso, a essência deste objeto não pode ser modificada pela ação profissional, entretanto, suas expressões exigem alguma intervenção, para que possa implicar em alterações que estão incidindo negativamente na vida dos sujeitos envolvidos. Outrossim, no campo do serviço social, a questão social é compreendida com base do processo de acumulação capitalista, no qual produz profunda

desigualdade entre as classes, ao viabilizar o crescimento de riqueza e concentrá-la privadamente.

Posto isso, reforça-se que a atuação do profissional em serviço social se dá no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, por meio de processo de trabalho, no qual desenvolve ações em forma de prestação de serviços, viabilizando o acesso aos direitos e os meios de exercê-los. Sustenta-se ainda, o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços prestados.

As diretrizes curriculares reafirmam a "questão social" como base de fundação sócio-histórica da profissão, salientando as respostas do Estado, do empresariado e as ações das classes trabalhadoras no processo de constituição, afirmação e ampliação dos direitos sociais (Abess/Cedepss, 1997a e 1997b).

Com tudo, o trabalho profissional do assistente social tem a ser executado na perspectiva de totalidade, sob a responsabilidade da centralidade dos trabalhos e determinará as condições da vida social e as relações que se constituem por este meio.

A coisificação das relações sociais e a transformação da riqueza humana, ou seja, do produto material e espiritual da práxis, em objetos estranhos e dotados de uma vida própria, que aparecem aos homens como um "poder" que os domina, propiciam que os valores tomem a forma de coisas que valem independentemente da atividade humana. (BARROCO, 2001, p. 34)

Em suam, por intermédio de seu trabalho, o assistente social tem a competência de transformar a realidade que está inserido, considera-se esta "transformação" o produto de seu trabalho.

1.4 Hipóteses

- Os processos de trabalho do assistente social na SEE em 2019, a partir das observações do estagiário, se centram nas atividades de planejamento e execução de ações do serviço social na equipe multidisciplinar. Pressupõe-se que esse trabalho contribui com o acesso e a permanência dos alunos na Rede Pública Municipal de Ensino;
- Durante o estágio curricular obrigatório foi possível observar a necessidade da reorganização, do processo de trabalho da assistente

social durante o ano de 2020 em decorrência da pandemia do Covid-19. Pressupõe-se que a reorganização mencionada demandou novos elementos que compõe o processo de trabalho.

1.5 Objetivos

1.5.1 Geral

- Compreender os processos de trabalho do assistente social na Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul, no período 2019 e 2020.

1.5.2 Específicos

- Analisar o planejamento e a execução de ações do profissional serviço social na equipe multidisciplinar, observados no decorrer do estágio curricular obrigatório, no período de 2019;
- Compreender a necessidade de reorganização que demandou novos elementos que compõe o processo de trabalho;

1.6 Revisão de Literatura sobre a temática

A inserção do serviço social na área da educação marcou o ano de 1930, de acordo o conselho federal de serviço social⁵. No entanto, a presença do assistente social neste espaço ocorreu, com maior intensidade, a partir da década de 1990, conforme o amadurecimento do projeto ético-político profissional. Vale ressaltar que a LDB, aprovada em 1996, no seu artigo 4º afirma a responsabilidade do Estado com a educação escolar pública.

A atuação do profissional em serviço social na política de educação tem um papel importante para qualidade dos serviços prestados no sistema educacional, com a gestão democrática, a participação da população e a garantia do acesso e

⁵ Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação - Elaborado por: Edval Bernardino Campos – CFESS Kênia Augusta Figueiredo – CFESS Maria Elisa dos Santos Braga – CFESS Marylucia Mesquita – CFESS Daniela Moller – CRESS 11ª Região/PR Janaina Loeffler de Almeida – CRESS20ª Região/MT Jurema Alves Pereira – CRESS7ª Região/RJ Luciana Lisboa Menezes de Melo – CRESS 13ª Região/PB Rita de Cássia de Moraes da Silva Vieira – CRESS 25ª Região/TO (2011).

permanecia dos sujeitos na educação escolar, conforme documento serviço social na educação:

A contribuição do serviço social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. Estas constituem- em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistente Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando consequentemente uma ação mais efetiva (NOVAIS; PROLA; MESQUITA, 2001, p. 12).

Outro subsídio fundamental do assistente social está relacionado em “proporcionar o devido encaminhamento aos serviços sociais e assistenciais, que muitas vezes são necessários aos alunos da rede pública que apresentam dificuldades financeiras contribuindo para a efetivação do seu direito à educação” (NOVAIS; PROLA; MESQUITA, 2001, p. 14).

Em 2007 é acordo com o Projeto de Lei da Câmara nº 60, em seu artigo primeiro, “as redes públicas de educação básica contarão com serviços [...] de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais” (BRASIL, 2007), ainda sobre esta lei, nos seus primeiros artigos revela que:

As equipes *multiprofissionais* deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

O trabalho da *equipe multiprofissional* deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2007).

Além de tudo, as contribuições deste profissional têm sido significativas na amenização da evasão escolar institucional, de acordo com o artigo Serviço Social na Educação, pode-se afirmar que o trabalho do assistente social interveio, de maneira significativa, na questão da amenização das evasões escolares e ainda está a contribuir junto com demais profissionais, sugerindo soluções viáveis e cabíveis.

Para mais, sabe-se que o assistente social dispõe de técnicas de atuação, como a VD, momento no qual oportuniza o profissional verificar a real situação do

aluno, apresentando um diagnóstico da realidade do sujeito e toda a extensão familiar. Aliás, conforme Amaro (2016, p. 11),

[...] a intervenção do assistente social enquanto profissional interdisciplinar poderá auxiliar na contribuição de novos saberes diante das questões educacionais, uma vez que, trabalhar com ações multiprofissionais possibilita atuações mais efetivas com as políticas públicas, ampliando os conhecimentos e realizando efetivamente o trabalho no âmbito escolar.

Em suma, o objetivo é demonstrar, por meio de argumentos e fundamentações teóricas, uma resposta a compreensão do processo de trabalho profissional em serviço social na SEE, atendendo o problema de pesquisa.

3 METODOLOGIA

3.1 Natureza e delineamento

Desde o instante em que o sistema econômico se baseou na propriedade privada dos meios de produção e sua operação com fins lucrativos, produziu-se contradições sociopolítico-econômico, passando a prevalecer na sociedade, de modo mais visível e questionável, a desigualdade social.

Mais adiante, buscou-se explica a realidade, não mais através das doutrinas religiosas, por meio do conhecimento científico. Conforme afirma Camargo (2021)

[...] a Sociologia em pleno século XVIII, com as primeiras pesquisas sociais e nas ideias gerais do Iluminismo, como forma de entender e explicar aquelas mudanças sociais. Por isso, a Sociologia é uma ciência datada historicamente e que seu surgimento está vinculado à consolidação do capitalismo moderno (s/p.).

Desse modo, o Serviço Social passa a ter essa fonte teórica metodológica nas suas análises. Pois,

essa disciplina marca uma mudança na maneira de se pensar a realidade social, desvinculando-se das preocupações transcendentais e diferenciando-se progressivamente das demais ciências enquanto forma racional e sistemática de compreensão da sociedade (CAMARGO, 2021, s/p.).

Ademais, a profissão em serviço social surgiu em diferentes países, com tudo, utilizou-se das experiências dos Estados Unidos como aprendizagem, servindo de referência para os profissionais brasileiros, a partir de seus autores, teorias e práticas. E, na tentativa de aproximação da realidade local, o serviço social no Brasil, enfatizou em uma formação profissional de qualidade capaz de atender e atuar eficientemente as demandas sociais local.

A partir deste momento, as universidades de pós-graduação recebem a atenção de profissionais interessados em se qualificar.

Consolida-se a pós-graduação sensu nessa área profissional. Se as primeiras iniciativas datam de 1972, já no alvorecer dos anos 80 temos seis cursos de mestrado, número este ampliado recentemente com a criação do curso da Universidade de Brasília. No lastro de dez anos verificamos a consolidação acadêmica do ensino pós-graduado no nível de mestrado e com desdobramento no nível de doutoramento, através do programa implantado pela PUC-SP (IAMAMOTO, 2003, p.104).

No processo de construção de um conhecimento ou de um saber com objetivos em confirmar ou desconstruir um conceito existente, a pesquisa se tornar necessário. Como fator resulta em um processo de aprendizagem, trazendo benefícios para o desenvolvedor e para a sociedade, grupo ou comunidade pesquisada.

A pesquisa pode construir o conhecimento científico, visto que ela favorece ao discernimento e gera um novo conhecimento com base em fundamentos teóricos relevantes e uma metodologia adequada.

Busca-se explicar o “por que” e “como” os fenômenos ocorrem para evidenciar fatos correlacionados em uma visão mais globalizante do que a relacionada com um simples fato. Tal passagem do senso comum para o conhecimento científico caracteriza-se pela adoção de alguns elementos, tais como: definição de um referencial teórico que permita uma visão de conjunto, pois este dá sustentação ao profissional para desenvolver sua prática [...]. É necessária também, a definição de um caminho para chegar a um método e é maior que a metodologia (LOPES, 2008, p.16).

Isto significa que é por meio da pesquisa que novas decisões podem ser tomadas, em prol de uma comunidade, por exemplo, sempre visando a melhoria das condições de vida da população em questão.

Ainda no se refere à pesquisa, pode-se utilizar métodos qualitativos e/ou quantitativos, sendo que, alguns fatores são indispensáveis para qualquer pesquisa, como o seu contexto histórico.

Significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo, que os grupos sociais que as constituem são mutáveis e que tudo, instituições, leis, visões de mundo são provisórias, passageiros, estão em constante dinamismo e potencialmente tudo está para ser transformado (MINAYO, 2004, p.20).

Nas últimas décadas, sem dúvidas, fortalece a produção coletiva por meio da criação de grupos de pesquisa e a organização de pesquisa no âmbito acadêmico. Contudo, este projeto busca investigar sobre a profissão, no espaço sócio-ocupacional, segundo Ivete Simionatto (2005),

delimitar objetos de investigação; consolidar os grupos de pesquisa e avançar na construção de pesquisas interdisciplinares e interinstitucionais; criar mecanismos institucionais entre pesquisadores da mesma universidade ou universidades diferentes; e por fim, ampliar a participação de pesquisadores não docentes, que ainda é bastante reduzida, buscando superar o distanciamento entre pesquisadores inseridos no âmbito acadêmico e aqueles inseridos nas práticas profissionais. (p.59)

Em concordância com Lüdke e André (1986), as abordagens qualitativas de pesquisas em educação são mais apropriadas, pois se preocupam não só com o desvelamento do problema, como também com possibilidades de soluções para este.

Além do mais, esta pesquisa reflete a posição do acadêmico diante do objeto investigado, demandando competência teórica para avaliar a situação, investigá-la e interpretá-la. Ao desenvolver esta pesquisa, optou-se, então, pela pesquisa documental, pois ela utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados cientificamente ou analiticamente. Nas ideias de Fonseca (2002)

a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (p. 32).

Os documentos analisados foram atuais e antigos, de modo que possibilitou a contextualização histórica e fatos ocorridos recentemente, como também, o uso de materiais desenvolvidos no decorrer do estágio curricular obrigatório, nos níveis I, II, III e IV, como os diários de campo, relatórios descritivos processuais e do conjunto de documentos oriundos do SEE, como: a Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI); a LDB; a Lei Ordinária Nº 8411, entre outros.

A etapa seguinte, se dá na análise de conteúdo, que para Moraes, “constitui-se de uma metodologia de pesquisa utilizada na descrição e interpretação de documentos e textos das mais diversas classes” (1999, p.9). Sob este ponto de vista, através de descrições sistemáticas, buscou-se reinterpretar as mensagens e obteve-se uma compreensão mais aprofunda. Momento no qual possibilitou apropriar dos materiais teóricos construídos e de uma teoria que emerge a partir dos estudos sobre a temática do trabalho.

4 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM SANTA CRUZ DO SUL

A organização do Sistema Educacional Brasileiro ocorre por meio dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A CF88 e a LDB, instituída pela lei nº 9394, de 1996, são as leis que regem o sistema educacional brasileiro em vigor.

A vigente ordem do sistema educacional no Brasil, consiste na educação básica e a educação superior, a primeira tela tem três degraus: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Os municípios têm a função educacional de atuar no ensino fundamental e na educação infantil, já os Estados e Distrito Federal são responsáveis pelo ensino fundamental e ensino médio. Por último, não menos importante, tem-se a União, representado o Governo Federal que por competência exercer uma função redistributiva e supletiva, consolidado no art. 211 da CF 88.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

A educação infantil, primeiro degrau da educação básica, é realizada em EMElS, dedicada para crianças de zero a até três anos de idade e, as pré-escolas, para crianças de 4 a 5 anos. O ensino fundamental, é obrigatório e gratuito na escola pública, devendo o Poder Público garantir sua oferta para todos, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria.

O ensino médio, terceiro e último degrau, onde finaliza a educação básica, tem duração mínima de três anos e oferece uma formação geral ao aluno, podendo incluir programas de preparação geral para o trabalho. Além do ensino regular, a educação formal possui outras modalidades específicas, entre elas a educação de jovens e adultos, para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada.

A educação superior abarca os cursos de graduação nas diferentes áreas profissionais, que são disponíveis aos candidatos que tenham concluído o ensino médio e tenham sido classificados dentro do número de vagas em processos seletivos

específicos. A pós-graduação também faz parte do nível superior de educação e compreende programas de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Com a Lei nº 9.394/96 na qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, tem como objetivo normatizar o sistema educacional e garantir acesso igualitário para todos com relação à educação. Esta Lei, de forma geral, oferece um conjunto de definições políticas que orientam o sistema educacional e introduz mudanças importantes na educação básica do Brasil.

Desse modo, a proposta para a educação brasileira tem como meta a democratização e universalização do conhecimento básico, oferecendo educação e cuidado com a escolarização de todos os brasileiros.

Contudo, o Sistema Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul, tem por base legal a referida CF88, a LDB, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, e a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Sul, promulgada em abril de 1990. Disciplinando o Sistema Municipal de Educação, quando estabelece a sua organização com ênfase no desenvolvimento da educação escola, predominantemente, em instituições próprias do Município.

Dentre os princípios, como a igualdade e equidade de condições para acesso e permanência na escola; O pluralismo de ideia e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, a gratuidade de ensino público em estabelecimento do ensino municipal, entre outros. Faz-se necessário mencionar as responsabilidades do Município com a educação escolar, de vasta relevância ao trabalho. Nas quais serão efetivadas mediante a garantia de:

I – Educação Infantil, em creche e Pré-Escola, e Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurada a oferta gratuita do ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - Atendimento educacional especializado gratuito às pessoas com necessidades especiais e/ou deficiências, preferencialmente em salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE da rede regular de ensino e no turno inverso;

III - atendimento gratuito em instituições de educação infantil, às crianças com idade fixada em legislação específica;

IV - Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e

disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

V - Oferta de educação profissional básica, capacitando trabalhadores para o exercício de atividades produtivas no mundo do trabalho;

VI - Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidades mínimas, por estudante, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, a educação municipal é cercada por desafios que não se restringem somente às escolas, e sim para toda a sociedade local e profissionais da RPME, como os professores, coordenadores pedagógicos, orientadores, supervisores, psicólogos, nutricionista e, em especial, o assistente social, pois suas ações foram objeto de estudo deste trabalho.

6 OS DESAFIOS PARA O ASSISTENTE SOCIAL PERTENCENTE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Este capítulo traz a análise da primeira hipótese de pesquisa documental, que tem como fonte os materiais produzidos sobre o estágio realizado na SEE. Conforme essa hipótese supões que “os processos de trabalho do assistente social na SEE em 2019, a partir das observações realizadas, se centram nas atividades de planejamento e execução de ações do serviço social na equipe multidisciplinar, pressupõe-se que esse trabalho contribui com o acesso e a permanência dos alunos na Rede Pública Municipal de Ensino”.

Antes de tudo, é preciso lembrar que o serviço social vive uma expansão profissional no cenário da política educacional, e isso remete a desenvolver um trabalho na perspectiva de desmistificar e desvelar a realidade produtora de desigualdades. Para o assistente social, além de estar devidamente habilitado para analisar e intervir na realidade social, ele também deverá desenvolver ações baseadas nas competências: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de forma crítica, assim como estabelecer relações efetivas entre profissionais e usuários.

No cotidiano prático, observou-se as ações do assistente social durante o estágio. Profissional esse, que integrava a equipe multidisciplinar e, também, responsável pela execução do sistema online FICAI, assim como o enfrentamento das mais complexas expressões da questão social em que o conhecimento pedagógico apenas era insuficiente, precisando de outros saberes como o do serviço social.

Em se tratando da FICAI, pode-se dizer que consiste em uma ferramenta desenvolvida para acompanhar e garantir a permanência da criança e do adolescente na sala de aula. Instituída no âmbito do Rio Grande do Sul em 1997, em parceria entre o Ministério Público, a Secretaria Estadual de Educação, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e os Conselhos Tutelares.

Esta ferramenta corresponde no investimento para o cumprimento da LDB, quanto ao acompanhamento da permanência da criança e o adolescente na escola, uma resposta do Estado do Rio Grande do Sul perante a União, que cria um regime de colaboração entre Municípios, Estado, União e a família.

Após sua criação, foi expandida aos demais municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Em 2011, a FICAI foi revisada e atualizada reforçando a necessidade de desenvolver estratégias interinstitucionais com enfoque no trabalho em rede, além de fomentar novas parcerias, com as seguintes entidades, conforme site oficial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:

- Federação da Associação dos Municípios (FAMURS);
- Conselho Estadual de Educação (CEED);
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME);
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME);
- Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS);
- Associação dos Conselheiros Tutelares do RS (ACONTURS);
- Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA).

Em agosto de 2012, o Ministério Público do Rio Grande do Sul, com a anuência dos demais parceiros, firmou o convênio 23/2012 com a Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre⁶, no qual desenvolveu a informatização do sistema da FICAI para agilizar os encaminhamentos das fichas de modo totalmente online, facilitando o trabalho dos profissionais.

Em virtude do acompanhamento do sistema se dar pela internet, houve fortalecimento na possibilidade de retorno do aluno à escola. Pelo fato de contribuir com o fluxo de informações. A utilização dessa ferramenta de maneira on-line, definitivamente, agiliza o retorno do aluno infrequente. Por consequência da redução burocrática e a possibilidade de diagnosticar os motivos que causam a infrequência escolar, desse modo facilita aos profissionais envolvidos, discutir, planejar e intervir nas "dificuldades" que levam o aluno a não frequentar a escola.

Ainda sobre o modo online, também permite o acesso de informações entre a Escola, o Conselho Tutelar e o Ministério Público, bem como, diferentes cruzamentos relativos aos dados contidos na FICAI. Neste sentido, é possível concentrar esforços

⁶ A Procempa foi fundada no dia 09 de setembro de 1977. Concebida originalmente como órgão de processamento de dados do governo municipal, transformou-se gradualmente numa empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação, disponibilizando soluções que atendem as necessidades da Prefeitura de Porto Alegre, com tecnologia de ponta. (<https://prefeitura.poa.br/procempa>).

para manter o aluno na escola, bem como construção de políticas públicas em prol da garantia do direito à educação.

Além de garantir o direito à educação e auxiliar na aplicação de medidas protetivas de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos fundamentais ameaçados ou violados, seja pelo Poder Público, pela família, pela comunidade ou pela sociedade, a FICAI permite visibilidade das infrequências nas escolas

Enquanto estagiário, o conhecimento e exercício de operacionalização desse sistema, assim como, a troca de informações entre os profissionais que integram a equipe, a experiência enquanto profissional em formação (momentos no qual permitiu conhecer a realidade da instituição e os contextos familiares dos alunos) somou e contribuiu com o pensamento crítico do acadêmico, um dos requisitos para o exercício da profissão em serviço social.

O exercício profissional do assistente social ocorre através de um processo de trabalho no qual deve-se levar em conta as dimensões: ético político, técnico operativo e teórico metodológico, de tal forma que possibilita intervenções, formas participativas e instrumentais operativos, fatores estes de suma importância na práxis profissional.

Segundo Lopes (2008) o processo de trabalho do serviço social se constitui de: Objeto - é a questão social propriamente dita. Atualmente o papel do assistente social é político, é de articulador e mobilizador das capacidades dos sujeitos. Meio - são os instrumentos utilizados, sejam humanos, materiais, financeiros, capital intelectual, e outros. Também entram nesse arcabouço as entrevistas, relatórios de visitas, análises institucionais e pesquisas. Produtos - é o resultado propriamente dito, sejam eles diretos ou indiretos. É o que viabiliza ações gerando efeitos sociais. Finalidade - o que é desejado.

Durante o processo de trabalho do profissional assistente social, na SEE, percebeu-se que suas atividades foram voltadas para o acesso e a permanência dos alunos na RPME.

[...] acompanhei a assistente social neste dia, momento em que realizamos uma visita domiciliar. Com o intuito de investigar o motivo no qual o aluno não estava frequentando as aulas, assim poderá intervir, junto aos

responsáveis, na situação que está impossibilitando o acesso da criança na educação. (diário de campo, 2019, s/p.)

Uma vez que, identificou-se que o assistente social, apropriou-se das demandas registradas no sistema online FICAI compreendendo todo histórico de cada aluno registrado, por meio de articulações com a equipe multidisciplinar, os professores, orientadores e/ou diretores das respectivas escolas, elaborou-se um planejamento para intervir nas questões que impossibilitou o acesso e/ou permanência do aluno na RPM.

O planejamento é entendido, conforme trata Baptista como o

[...] processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de problemas. Enquanto processo permanente supõe ação continuada sobre um conjunto dinâmico de variáveis, em um determinante momento histórico. Enquanto processo metódico de abordagem racional e científica supõe uma sequência de atos decisórios, ordenados em fases definidas e baseados em conhecimentos científicos e técnicos. (2000, p.13)

Acompanhar o desenvolvimento do planejamento, enquanto assistente social em formação, possibilitou compreender o processo de trabalho do assistente social na SEE. Além disso, notou-se, através das Visitas Domiciliares (VD), realizadas durante o estágio, que a grande maioria das evasões escolares no município se deram por desconhecimento da importância da permanência na escola, problemas de deficiência de transporte, inserção de criança no trabalho infantil.

Situações estas, que se apresentavam de forma a dificultar o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e o caminho para prepará-lo para o trabalho, conforme um direito previsto no art. 205 da CF de 1988.

Vale ressaltar, o acompanhamento do processo de trabalho assistente social, nas diferentes abordagens, tanto individual como coletiva. Nessas pode-se perceber engajamento e compromisso ético e metodológico para além das observações identificadas durante o trabalho em equipe.

Para o exercício profissional nessas abordagens individual e coletiva o processo de trabalho requer a vinculação dos princípios do código de ética profissional, apresenta através do atendimento humanizado tanto ao aluno, quanto aos seus

familiares/responsáveis, o acesso a informações, a garantia dos direitos, primando pelo sigilo das informações, dentre outros. Foram elementos testemunhados durante o estágio.

De fato, a assistente social, pertencente a equipe multidisciplinar, contribuiu na forma de atuação de outros profissionais da RPME, pontuando vários fatores sociais, econômicos, culturais, na qual podem dar origem às problemáticas dentro da educação pública municipal. Como: a evasão escolar, baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado, vulnerabilidade e risco social, problemas com drogas, conflitos familiares, atitudes e comportamentos agressivos e violentos.

O processo de trabalho do assistente social, nesta perspectiva, é considerado de suma importância para o enfrentamento das expressões da questão social, pois seus instrumentais estão associados ao conhecimento teórico, ao compromisso profissional e com a vinculação com os princípios do código de ética profissional, foi percebido pelo acadêmico a contribuição no acesso e a permanência dos alunos na RPME.

Assim, é cabível afirmar que as atividades de planejamento e execução de ações do assistente social, membro da equipe multidisciplinar, contribuiu para o acesso e a permanência dos alunos na RPME, uma vez que, foram pensados meios coerentes de intervenção profissional, visando à construção de uma práxis multidisciplinar no atendimento de demandas (individuais e/ou coletivas) que emergem no contexto escolar.

7 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENÁRIO PANDÊMICO

Esse capítulo aborda a segunda hipótese desse TCC, o qual versa sobre o processo de trabalho da assistente social na SEE no período de 2020 durante a pandemia. Pretende-se demonstrar que: “Durante o estágio curricular obrigatório foi possível observar a necessidade da reorganização, do processo de trabalho da assistente social durante o ano de 2020 em decorrência da pandemia do Covid-19. Pressupõe-se que a reorganização mencionada demandou novos elementos que compõe o processo de trabalho”.

Segundo as observações realizadas enquanto estagiário, intenta-se demonstrar que novas demandas caracterizadas como objeto de trabalho do assistente social incidiram na modificação de parte do instrumental bem como em resultados de ação diferentes dos já instituídos na instituição.

Embora até o momento tem-se refletido sobre a importância da política de educação na garantia de acesso e permanência da criança e do adolescente na RPME, foi necessária uma análise pormenorizada do contexto das famílias dos alunos. Antes de situar sobre a necessária da reorganização que demandou novos elementos ao processo de trabalho do assistente social, faz-se fundamental recapitular os acontecimentos ocorridos neste período de 2020 em decorrência da pandemia.

Algum dos desafios que se apresentou neste período para o mundo foram as medidas propostas para o enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19⁷. Tais medidas se deram pelas restrições de circulação e de convívio social, bem como a adoção de novas práticas de higiene, tais como o uso de álcool em gel e máscaras.

Em âmbito nacional, pelas convicções políticas dos dirigentes e a extensão territorial do Brasil, as decisões ficaram um tanto embaraçadas, o que resultou na adoção, por parte dos Governadores do Estados da federação, de medidas para o enfrentamento a Covid-19.

No Estado do Rio Grande do Sul, em março de dois mil e vinte, governador Eduardo Leite, mediante o instrumento 55118/2020, decreta, no artigo 2º:

⁷ A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. A maioria das pessoas (cerca de 80%) se recupera da doença sem precisar de tratamento hospitalar. Uma em cada seis pessoas infectadas por COVID-19 fica gravemente doente e desenvolve dificuldade de respirar. (<https://www.paho.org/pt/covid19>) acessado em 12 de setembro de 2021.

Os órgãos e as entidades da administração pública estadual direta e indireta deverão, para fins de prevenção da transmissão do COVID-19 (novo Coronavírus), além de manter as medidas estabelecidas pelo Decreto nº 55.115, de 12 de março de 2020, adotar as providências necessárias para, pelo prazo, prorrogável, de quinze dias:

I - Que os servidores desempenhem suas atribuições em domicílio, em regime excepcional de teletrabalho, na medida do possível e sem prejuízo ao serviço público (RIO GRANDE DO SUL, 2020, p.1).

À vista disso, ficou eminente que, em um curto prazo, as atividades letivas presenciais seriam suspensas, fato que ocorreu mediante a adotadas do “estado de calamidade pública”, adotado pelo Decreto Estadual 55.128, de marco de dois mil e vinte. Assim, ocorreu a suspensão efetiva das aulas presenciais, conforme publicado deste decreto⁸.

Com a portaria nº 343 de dezessete de março de dois mil e vinte, o Ministério de Educação (MEC) dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais no período de pandemia. O Conselho Nacional de Educação (CNE), de forma a apoiar e legalizar a utilização do ensino remoto, em abril de dois mil e vinte lançou um parecer tornando favorável a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual.

Por conta da possibilidade de educação remota, as escolas precisaram se adaptar para continuar a ofertarem ensino aos seus alunos, esta realidade não foi diferente no município de Santa Cruz do Sul, que adotou alterações no cotidiano escolar e, conseqüentemente, no processo de trabalho de todos os envolvidos. Do mesmo modo no trabalho a ser desenvolvido pelo assistente social, mediante a preservação de antigas demandas e o convívio com novas, que passaram a surgir.

Com o atual cenário, além de demandas já atendidas pelos profissionais da SEE, como: a evasão escola, as vulnerabilidades e risco social, outras se evidenciaram. O aparente desinteresse pelo aprendizado e o baixo rendimento, se evidenciou com intensidade no processo de aprendizado dos alunos a partir do modo remoto, como pode se verificar em um trecho do diário de campo

[...] com este modelo de ensino remoto imposto, eu (estagiário) percebo o quão importante é o acompanhamento e a supervisão por profissionais com conhecimento específico para este fim. Infelizmente, agora as famílias estão, obrigatoriamente, responsáveis em realizar este acompanhamento e, em

⁸ Sobre a suspensão das aulas no Estado do Rio Grande do Sul, pode-se ler a matéria disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/03/16/governo-do-rs-suspende-aulas-da-rede-estadual-a-partir-desta-quinta-devido-ao-coronavirus.ghtml>.

muitas das vezes, são incapazes de dar o suporte ou a atenção necessária para que o aluno compreenda os conteúdos pedagógicos. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020, p.1)

Além das situações pedagógicas, como o caso mencionado, houve obstáculos para muitos dos alunos que necessitavam de acesso a internet para receberem, de modo online, os conteúdos didáticos, bem como, o agravamento das demandas quando correlacionada com a pobreza e extrema pobreza, ocasionadas pelo avanço dos casos de Covid-19 no país, conforme reportagem da CNN Brasil, compreende-se que em

meio à pandemia da corona vírus, o número de cidadãos que vivem abaixo da linha da pobreza triplicou, e atinge cerca de 27 milhões de pessoas, 12,8% da população brasileira. O levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) também aponta que muitas famílias tentam sobreviver com o valor de R\$ 246,00 (US\$ 43,95) por mês. (CNNBRASIL, 2021, p.1)

Esta situação, não diferente em Santa Cruz do Sul que também impactou no método de trabalho da assistente social, exigindo uma reorganização no processo de suas atividades, pois algumas das famílias dos alunos apresentaram múltiplas expressões da questão social, predominantes as situações de pobreza e extrema pobreza, sendo esta

[...] um estado de miséria que causa sofrimentos por insuficiência de alimentação, que por sua vez gera problemas de saúde e, esses dois fatores influem no aprendizado e conseqüentemente na profissionalização, que possa levar a pessoa a uma remuneração melhor e sair do estado de miséria (FISCHER, 2008, p.01)

Conseqüentemente, o objeto de trabalho da assistente social redirecionou-se para a pobreza e a insuficiência alimentar, outro assim, foi a reorganização de suas ações e os seus instrumentos de trabalho, antes centrado na realização de ações para o combate à evasão escolar, por meio dos relatórios sociais, das reuniões com as escolas municipais, pareceres sociais, entre outros. Logo, o objeto de trabalho passou a exigir também a mobilização da comunidade local e de instituições públicas e privadas.

Nota-se que o cenário determinado pela pandemia e as recomendações de isolamento social, explicitaram no país as desigualdades sociais e a coexistência da fome estrutural que, no cenário educacional, necessitou dar visibilidade em ações políticas e humanitárias. Pensar no manejo dessa demanda implicou em reforçar o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN):

[...] direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (LEI 11.346, 2006 p.1)

A partir deste momento, no que diz respeito às ações interventivas utilizadas pela assistente social na SEE, acompanhou-se uma reorganização, com o fim de atender situações incomuns no âmbito escolar, como a já situada, insuficiência alimentar. Neste momento, as atividades rumaram para a:

pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar; elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimentos do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; participação, em equipe multidisciplinar; articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades (CFESS, 2001, p. 29).

No caso vivenciado na SEE, a assistente social estando a par de suas atribuições privativas e competências, executou uma ação voltada à demanda alimentar. Isso se deu por consequência do fechamento temporário das escolas, momento em que os alunos deixaram de realizar suas refeições e lanches neste espaço.

Assim como a rede socioassistencial municipal passou a distribuir benefícios eventuais em maior quantidade, através da entrega de cestas básicas, a SEE como forma de contemplar parte da alimentação das famílias dos alunos matriculados nas escolas EMELs, EMEFs e no Cemeja, distribuiu complementos, colaborando com aquilo que a assistência estava sobrepesando, ou seja, uma procura considerável do serviço socioassistencial por parte dos usuários.

A ação da SEE ocorreu em três etapas. A primeira delas foi realizar com os diretores de cada uma das escolas municipais e a assistente social da educação, realizou-se uma pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar e, também, o cruzamento de dados com outras secretarias para levantar quantas e quais famílias não constavam em atendimento, assim deu-se prioridade no atendimento para estas.

O segundo passo, se atribuiu-se na arrecadação de mais alimentos, produtos de higiene e limpeza, pois já se tinha uma quantidade cedida pelas escolas municipais, deste modo, pode-se garantir para as famílias um kit⁹ mensalmente. Neste processo,

⁹ Cada kit é composto por 11 itens, que garantem uma alimentação saudável e nutritiva. Em cada pacote há produtos como arroz, feijão, óleo de soja, açúcar, macarrão, leite em pó, biscoitos doces e salgados, farinha de trigo, fermento em pó e sal. (GAZ, 2021, s/p.)

o estagiário acompanhou as articulações realizadas pela assistente social, com outras instituições no sentido de assegurar os direitos sociais e humanos.

A terceira e última etapa foi a entrega dos kits. Atrelado a isto, a assistente social colocava-se a disposição de toda população que comparecia até o espaço para a retirada dos kits. Este era o momento em que a assistente social realizou abordagens individuais com os usuários, no intuito de

orientar, informar e esclarecer a população quanto às atividades do assistente social, suas competências e atribuições profissionais, bem como os direitos dos usuários em relação ao Serviço Social, utilizando-se dos instrumentos de publicização da profissão [...] (CFESS, 2007, p.36).

Como resultado, pode-se afirmar que todo este processo foi acompanhado enquanto assistente social em formação e houve a coparticipação enquanto estagiário no processamento desta ação na qual se construiu em conformidade com as atribuições profissional em serviço social, garantindo o acesso a direitos básicos e fundamentais do ser humano.

É necessário lembrar que as ações desenvolvidas dialogam com a declaração universal dos direitos humanos, que em seu art. 25º diz que “toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários [...]” (ONU, 1948), devendo a humanidade “agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (ONU, 1948, art.1).

Nesse sentido as ações do assistente social se iniciaram com a leitura da demanda, seguiram no processo de planejamento e culminaram com a execução daquilo que se havia idealizado, permitindo assim, aos alunos e seus familiares o acesso à benefícios emergenciais relevantes no âmbito educacional e social. Perante os elementos expostos e pela relevância da ação desenvolvida no contexto pandêmico, pode-se considerar o trabalho desenvolvido necessário e relevante naquela conjuntura.

Portanto, compreende-se que foi necessário a reorganização, do processo de trabalho do assistente social durante o ano de 2020 em decorrência da pandemia do Covid-19. Esta reorganização demandou do profissional novos elementos que compõem o processo de trabalho, para que pudesse atender uma demanda eventual

no âmbito educacional, garantindo assim direitos sociais às famílias de alunos pertencentes a RPME por meio da entrega de kits, bem como, o acesso a informações de políticas socioassistenciais durante as abordagens realizadas. Por conta disso, ressalta-se que a hipótese levantada inicialmente, se confirma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de elencar os principais pontos abordado neste trabalho de TCC, faz-se necessário frisar a reflexão central, de que o assistente social é um profissional em constante formação, vivenciou-se a importância de sua formação continuada, uma vez que suas intervenções se deram no enfrentamento das expressões multifacetadas do problema social, a fim de desempenhar suas atividades profissionais com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.

A partir da aproximação prática profissional do assistente social, proporcionada no estágio obrigatório, muito embora, limitado, pode-se compreender como se configura o trabalho com os alunos e famílias da RPME, sem dúvida as atividades especializadas é importante para o alcance da autonomia e protagonismo dos sujeitos através dos direitos sociais, bem como, na busca da liberdade como valor ético central.

Conforme apresentado ao longo do trabalho, as duas hipóteses foram consideradas válidas. Sobretudo, a experiência vivenciada pelo acadêmico sucedeu em referir a prática desenvolvida ao longo dos quatro níveis de estágio. Compete como arremate, falar sobre cada uma das hipóteses, no sentido de reforçar as análises realizadas durante o processo.

A primeira hipótese, sustentada nos materiais produzidos durante o estágio curricular obrigatório, confirmou que as atividades de planejamento e execução de ações do serviço social na equipe multidisciplinar, contribuiu como o acesso e a permanência dos alunos na RPME, por intermédio de uma ferramenta desenvolvida para acompanhar e garantir a permanência da criança e do adolescente na escola à FICAI.

Na continuidade, abordou-se a segunda hipótese, o qual ocupou-se com o processo de trabalho da assistente social na SEE no período de 2020 durante a pandemia. No decorrer deste momento, por meio das observações realizadas, ficou nítido a reorganização do processo de trabalho desta profissional, por consequência de novos elementos que compõem o processo de trabalho.

Como efeito deste contexto pandêmico, os processos de trabalho voltados ao acesso a educação necessitaram de uma ação para confrontar demandas eventuais no âmbito educacional, garantido desta maneira, direitos sociais às famílias de alunos pertencentes a RPME.

Este desafio propôs a assistente social, elaborar, coordenar e executar uma ação, ligado a suas competências e deveres profissional, bem como, as possibilidades da SEE. Cada fase da atuação precisou ser planejada e refletida, para que a ação pudesse reduzir os impactos produzidos e ampliados durante pandemia.

Contudo, nota-se que as atividades acompanhadas pelo acadêmico na SEE, se centraram no enfrentamento de situações que dificultavam alunos de acessarem e frequentarem as aulas, circunstâncias derivadas de vários fatores, sejam eles sociais, econômicos e/ou culturais. Produzindo problemáticas como a evasão escolar, o baixo rendimento, o desinteresse pelo aprendizado, a vulnerabilidade e o risco social das famílias e alunos da RPME.

Deste modo, se confirma a importância da atuação profissional, para atuar nas demandas provindas das mais diversas expressões da questão social, pois seus instrumentais estão associados ao conhecimento teórico e em constante atualização, permitindo-o utilizar de mecanismos para a efetivação e acesso das políticas públicas e a socialização de informações para que os direitos sejam garantidos.

Sem dúvida, esta experiência proporcionou ao profissional em formação a possibilidade de refletir e compreender os níveis de prática em que se inseriu no campo de estágio, bem como, as diversas vivências de estágio ao compreender o quanto relevante é o debate sobre educação e, principalmente, os processos de aprendizagem ao poder assim notar os conhecimentos obtidos, sendo esses teóricos e práticos.

Por fim, ficou explícito que o atual momento em que o país está passando, se consolida o retrocesso no campo dos direitos sociais conquistados com luta e resistência. O desmonte das políticas públicas tem sofrido impacto com o avanço da pandemia, causando inúmeras vulnerabilidades aos sujeitos, não diferente no campo da educação. Perante este cenário, mediante a experiência realizada, evidenciou-se a necessidade da presença e da atuação ética do profissional de serviço social.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Gislaine. **Serviço Social Na Educação: A Contribuição Do Assistente Social No Âmbito Escolar.** Disponível em <<http://epds.ufms.br/wp-content/uploads/anaisencontroiepds/pdfs/01664038140.pdf>>. Acesso em 17 de maio de 2021.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** São Paulo: Cortez, 2001.
- CAMARGO, Orson. **Sociologia como ciência da sociedade.** *Brasil Escola.* Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/formacao-da-sociologia.htm>>. Acesso em 17 de maio de 2021.
- CAMPOS, Edval Bernardino et. al. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação.** Conselho Federal de Serviço Social, Grupo de Trabalho de Educação. Brasília, 2001.
- FERREIRA, Catyelle Maria de Arruda. **A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL: Perspectiva Histórica E Atual.** Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/RE_0283_0108_01.pdf> Acessado em: 16 de abril de 2021.
- FISCHER, J. **Pobreza: O problema, causas e consequências.** Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/diario/diarios_antecedentes/980615/opinioao.htm> Acessado em: 18 de abril de 2021.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____, Marilda Vilela. **Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional.** Caderno ABESS.
- KARL, Marx. **O capital: crítica da economia política. Livro I (o processo de produção do capital).** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** – 8ed. – São Paulo, Cortez, 2004.
- MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo.** Revista Educação. Porto Alegre. Nº 37. março 1999.
- NOVAIS, Liliane; PROLA, Maria; MESQUITA, Marylucia; BRESSAN, Carla Rosane. **SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.** 2001 Disponível em: <

[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)> Acessado em:16 de abril de 2021.

SEM AUTOR. **Estudantes da rede municipal vão receber kits com alimentos.** 2021. Disponível em: <<https://www.gaz.com.br/estudantes-da-rede-municipal-vaoreceber-kits-com-alimentos/>> Acessado em:18 de agosto de 2021.

SEM AUTOR. **Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego.** 2021. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>> Acessado em:18 de abril de 2021.

SIMIONATTO, Ivete. **Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social.** Revista Temporalis, ano V, nº9 – janeiro a junho de 2005.

SOUSA, C. T. **A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL: Conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.** S.1, 2006. Disponível em: <<https://www.uepg.br/emancipacao/pdfs/revista%208-1/Charles-artigo-9-p.119-132.pdf>> Acessado em:16 de maio de 2021.